

Assistência externa, despolitização neoliberal e a transformação da sociedade civil
palestina

Iago Rondello¹

Trabalho preparado para apresentação no X
Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 9 a 13 de
novembro de 2020.

¹ iago.rondello@usp.br; mestrando em Ciência Política no DCP-USP.

Resumo

O artigo analisa os efeitos da assistência financeira internacional para a sociedade civil palestina da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, a partir dos anos 1990. Argumenta-se que a intensa atuação da “comunidade doadora internacional”, no contexto dos “processos de paz” entre palestinos e israelenses, acarretou profundas transformações nos modelos de organização e dinâmicas de atuação social dos palestinos sob ocupação. Partindo de uma discussão sobre o conceito de sociedade civil e sua relação com o neoliberalismo dos anos 1990, são analisados projetos implementados pelo Banco Mundial e pela USAID no período, voltados ao desenvolvimento da sociedade civil palestina. Argumenta-se que as agendas desses atores para o tema expressam a seletividade política da assistência externa aos territórios palestinos ocupados. Afirma-se que são incentivados, por meio de critérios estabelecidos para o financiamento, processos de profissionalização, “ONGuização” e centralização das atividades realizadas pela sociedade civil palestina. Conclui-se que um modelo declaradamente técnico de desenvolvimento da sociedade civil teve efeitos de despolitização social. Para uma sociedade sob ocupação colonial, o resultado destas transformações não pode ser outro que o enfraquecimento das capacidades de resistência.

Introdução

O início dos “processos de paz” entre Israel e a Organização para Libertação da Palestina (OLP), em 1993, trouxe uma série de profundas transformações aos territórios palestinos ocupados (TPO) da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Para além de novas fragmentações territoriais e da criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP) – ente proto-estatal não soberano, de autonomia limitada -, os “processos de paz” deram ensejo a diversas transformações econômicas de cunho neoliberal, caracterizadas por processos de financeirização, privatização e liberalização comercial. Entre os principais vetores a impulsionar tais mudanças estava a chamada “comunidade doadora internacional”. No

início da década de 1990, com a ascensão do horizonte da “paz” na região, atores como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e agências nacionais de desenvolvimento tornaram-se partícipes num grande esforço para financiar, nos territórios, projetos de desenvolvimento socioeconômico e político-institucional. O objetivo por trás da assistência externa, para além de erigir as estruturas da nova autoridade, era gerar melhorias socioeconômicas imediatas aos palestinos dos TPO, garantindo assim a continuidade do apoio popular aos “processos de paz” e evitando a ascensão de “radicalismos”.

Parte dos montantes destinados aos TPO, nesse contexto, tinha como objetivo fortalecer a “sociedade civil palestina”, notadamente as organizações não governamentais, enquanto agentes importantes nos processos de desenvolvimento e construção de governança, que, argumentava-se, eram fundamentais para atingir a “paz”. Antes dos anos 90, o termo sociedade civil era pouco utilizado para se referir às diferentes associações que compunham a sociedade palestina. Contudo, com o surgimento da ANP e o renovado interesse da comunidade doadora nos TPO, a noção passa a ser cada vez mais mobilizada no vocabulário local (CHALLAND, 2005, pp.56-57; 2009). A ascensão do conceito de sociedade civil, nesse contexto, foi impulsionada por dois conjuntos distintos de atores. Sua inserção no debate público nos TPO se deu, inicialmente, por setores da OLP à esquerda do Fatah: com a perspectiva de estabelecimento da ANP sob liderança do partido de Arafat, cresceu na esquerda da organização o receio, nada infundado, de que a nova autoridade avançaria sobre a autonomia das associações palestinas. Como resultado, passou-se a afirmar, no debate público, a importância das organizações da “sociedade civil palestina”, concebida como uma esfera de associação cuja independência era imprescindível (HAMMAMI, 1995).

No entanto, foi sobretudo por meio da comunidade doadora internacional que se enraizou, nos TPO, a noção de uma “sociedade civil palestina”. Nos anos que se seguiram à assinatura dos acordos, multiplicaram-se seminários, conferências, workshops e materiais impressos sobre os direitos de minoria, o papel do cidadão, formas democráticas de governo e a função da sociedade civil (HAMMAMI, 1995, p. 1). Igualmente, foram financiados diferentes projetos visando a “construção de capacidades” de organizações civis palestinas, concebidas pelos doadores como parceiras locais fundamentais para o desenvolvimento dos territórios. Nesse artigo, busca-se analisar as principais

características da assistência internacional à “sociedade civil palestina”, a partir dos anos de Oslo. Como será argumentado, a concepção de sociedade civil avançada por atores como o Banco Mundial e a USAID resultou num restrito processo de seleção – e, conseqüentemente, de exclusão – dos setores a serem fortalecidos na sociedade palestina dos TPO. O resultado desse processo foi, como argumentamos, uma marcante transformação nas práticas associativas e capacidades de resistência dessa sociedade.

Sociedade civil e neoliberalismo

Embora bastante antiga e variável em seus significados, o conceito de sociedade civil caiu em relativo desuso ao longo do século XX². Foi somente nos anos 1970 e 1980 que o debate acadêmico sobre o termo retornou ao centro das teorizações sobre as relações entre Estado, economia e sociedade (VELTMEYER, 2008). Nas últimas décadas do século XX, pode-se identificar a emergência de duas definições distintas para o conceito. Por um lado, em estreita conexão com movimentos de resistência a regimes autoritários no Leste Europeu e na América Latina, ganha força um entendimento da sociedade civil como esfera autônoma de luta e resistência contra os poderes estabelecidos (ALASHQAR, 2018, p.4; MUSLIH, 1993). Por outro, em sintonia com as novas diretrizes neoliberais sobre as “funções” do Estado, consolida-se uma compreensão de que a sociedade civil deve ser vista como uma esfera complementar ao mesmo, indispensável para a realização dos objetivos da democracia e do desenvolvimento. Devido ao escopo deste artigo, analisamos aqui esta última concepção sobre sociedade civil, observando suas relações com o neoliberalismo e sua mobilização para os territórios palestinos, no contexto dos “processos de paz”.

A versão neoliberal da sociedade civil tem, como principal referência clássica, as reflexões feitas por Tocqueville sobre a sociedade e a política democráticas (DANA, 2014; EDWARDS; FOLEY, 1996). No pensamento do autor sobre a democracia nos Estados Unidos, há um marcante receio em relação às clivagens políticas existentes na sociedade: a formação de associações políticas entre grupos sociais rivais era

² Uma importante exceção é Antônio Gramsci, que trabalhou o conceito nas décadas de 1920 e 1930 e é a principal referência da tradição, mencionada no texto, que concebe a sociedade civil como um espaço de resistência.

compreendida como um potencial perigo à manutenção da liberdade democrática, uma vez que a divisão social em facções políticas poderia levar à fragmentação da própria sociedade, em processos potencialmente violentos, como guerras civis³ (EDWARDS; FOLEY, 1996). A prática de associação civil, aqui, funcionaria como uma espécie de antídoto aos riscos trazidos pela disputa entre grupos políticos. A formação de redes associativas e a intensa presença de organizações não políticas na sociedade dos EUA implicaria o indivíduo na gestão da coisa pública, instilando em diferentes setores sociais a preocupação com o bem geral e, assim, aplacando clivagens políticas existentes (HODGKINSON; FOLEY, 2003, pp. 113-132).

A concepção positiva sobre o papel do associativismo civil para o bom funcionamento democrático, como dito, é retomada e elaborada no final do século XX, por figuras como Robert Putnam. Em sua teorização, as organizações da sociedade civil seriam responsáveis por difundir padrões de reciprocidade, confiança e cooperação mútua. Por meio delas, problemas de ação coletiva poderiam ser superados e divisões políticas e sociais predominantes perderiam saliência, na medida em que se multiplicariam práticas de cooperação que desconhecem e atravessam tais clivagens (PUTNAM, 1993; 1995). Assim, Putnam concebe a sociedade civil como uma esfera que - distinta de partidos políticos, movimentos sociais ou organizações com pautas mais explicitamente políticas - permitiria o cultivo de práticas não centradas no auto interesse, e necessárias ao bom governo democrático (EDWARDS; FOLEY, 1996; 1998).

A emergência do conceito, nas últimas décadas do século passado, tem relação com transformações em curso na ordem econômica e política internacional. Se, como dito, a definição de sociedade civil como lócus de resistência esteve intimamente relacionada a experiências de governos autoritários, argumenta-se aqui que também a interpretação associada às obras de Tocqueville e, mais recentemente, Robert Putnam, foram determinadas (ao menos parcialmente) pelo contexto histórico-político em que surgiram: a emergência do neoliberalismo como novo paradigma econômico-político. As últimas décadas do século XX foram de profunda reestruturação nas funções atribuídas ao Estado, que deixou de ser compreendido como agente prioritário de provisão de

³ Apesar do risco identificado, é relevante a posição de Tocqueville em favor da liberdade de associação política, entendida como necessária para evitar a formação de despotismos (EDWARDS; FOLEY, 1996, pp. 44-45).

serviços sociais e como ator principal na busca por desenvolvimento. Nesse cenário, não é apenas o setor privado que passa a se encarregar dos objetivos anteriormente assumidos pelo Estado: a própria sociedade se torna uma esfera para onde tais responsabilidades são transferidas (BECKMAN, 1993; DANA, 2014; VELTMEYER, 2008). Se até os anos 1970 o “Estado desenvolvimentista” era responsável pela proteção da sociedade contra as forças de mercado, sob o novo paradigma neoliberal a responsabilidade de sobreviver à competição capitalista (agudizada pelo próprio neoliberalismo) é, assim, transferida aos indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016) e às organizações da sociedade. É nesse sentido que Veltmeyer (2008, p. 229) compreende a emergência e progressiva aplicação da noção de sociedade civil, no contexto neoliberal, como também um processo de privatização.

Concretamente, a privatização neoliberal de serviços sociais ocorre, assim, em paralelo a um processo de organização da sociedade em associações civis, voltadas à realização de certos objetivos sociais: a alimentação de pessoas em situação de rua, a proteção do meio ambiente, a defesa dos direitos das mulheres, etc. (VELTMEYER, 2008). Nesse contexto, a noção de sociedade civil é resgatada não apenas enquanto ente autônomo ao Estado – e por isso intocado por suas ineficiências – e ao mercado, mas sobretudo como um parceiro fundamental destes. O conceito de sociedade civil, assim, torna-se peça importante dos paradigmas de desenvolvimento elaborados a partir do final do século XX, em chave neoliberal (BECKMAN, 1993; DANA, 2014).

A emergência do neoliberalismo esteve relacionada não apenas a processos de liberalização econômica, mas também política. Com o fim da Guerra Fria, a expansão da democracia liberal refletiu-se na reestruturação institucional de Estados visando maiores níveis de “participação” da sociedade, o que se atingiria por meio de maiores complementaridades entre Estado, mercado e sociedade. Entre os conceitos mobilizados, para conceber este processo de reforma política, novamente a sociedade civil foi central⁴: para além da provisão de serviços sociais anteriormente garantidos pelo Estado, ela teria ainda uma função eminentemente política de democratização. Ao participar na concepção, decisão e implementação de *policies*, as organizações da sociedade civil tornariam o Estado verdadeiramente democrático, transparente e *accountable*. É, em

⁴ Outro conceito cuja emergência no período pode ser associada ao paradigma neoliberal é o de “capital social”, também trabalhado por Putnam (1995).

partes, essa função política da sociedade civil no governo democrático que se expressa na noção de “boa governança”, que também emerge nos anos 1990 (VELTMEYER, 2008).

Novamente, a obra de Robert Putnam surge como exemplo. O bom funcionamento da democracia não é possível se as práticas democráticas se encerrarem dentro das estruturas estatais e político-partidárias. As organizações da sociedade civil - mesmo as menos intuitivamente públicas, como ligas de boliche, corais e grupos de observação de pássaros - possuem uma função a cumprir na governança democrática (PUTNAM, 1995). É a existência de densas redes associativas, para além das esferas do governo e do mercado, que garantem a manutenção de níveis adequados de participação e pressionam o Estado a seguir padrões eficientes e transparentes na condução dos negócios públicos (PUTNAM, 1993).

A potência de uma relação de complementaridade entre Estado, mercado e sociedade civil significa que esta tem como função “melhorar” o funcionamento do Estado. A premissa, aqui, é de avanço progressivo, de melhoria incremental por meio de uma relação sinérgica entre mercado, Estado e organizações civis. Qualquer dimensão de resistência aos dois primeiros, ou de questionamento a estruturas políticas e econômicas estabelecidas é, portanto, deixada de lado na mobilização neoliberal do termo (ALASHQAR, 2018; DANA, 2014). Concretamente, movimentos ou organizações de classe, com posições anti-sistêmicas, perdem importância diante da emergência de instituições temáticas, que visam sobretudo a mudança (“empoderamento”) dos indivíduos, a realização de direitos individuais e a disputa dentro dos espaços estabelecidos de poder (VELTMEYER, 2008).

É a partir dessa chave de interpretação que o conceito de sociedade civil passa a ser mobilizado pela comunidade doadora internacional, no final do século passado. Tratava-se, no caso do Banco Mundial, de uma tentativa de incorporar dimensões mais propriamente sociais e políticas na concepção de desenvolvimento defendida - em partes, uma tentativa de aplacar os efeitos nocivos gerados pela própria abordagem neoliberal de ajuste das décadas anteriores (PEREIRA, 2014). O processo de desenvolvimento, nesse contexto, precisaria ocorrer mais “de baixo para cima”, com participação ativa dos agentes locais da sociedade (além do setor privado). Um setor particular da sociedade civil recebeu ênfase significativa, nessa nova mobilização do conceito por discursos do desenvolvimento: as organizações não governamentais. A expansão meteórica do modelo

de ONG como forma de organização social ocorreu a partir dos anos 1980, e continuou nas décadas seguintes. Instituições como o Banco Mundial e a USAID incorporaram, como parte integral de seus projetos de desenvolvimento, a participação do “terceiro setor”, cujas ONGs passaram a receber grandes quantias em financiamento externo, fortalecendo-se enquanto sólidas parceiras locais dos projetos de desenvolvimento (PETRAS, 1999). Esse processo, frequentemente referido como “ONGuização”, ocorre frequentemente em paralelo ao enfraquecimento de movimentos e organizações de classe (JALALI, 2013). Consolida-se, como pilar da sociedade civil neoliberal, organizações institucionalizadas e profissionais, voltadas a pequenos grupos de interesse ou temas específicos, cujo horizonte de transformação social encerra-se dentro das fronteiras da democracia liberal e dos arranjos econômicos neoliberais, e cujas bases sociais de apoio são sobretudo classes médias urbanas (VELTMEYER, 2008).

É nesse amplo contexto que se insere a assistência do Banco Mundial e da USAID à “sociedade civil palestina” dos TPO. Como será exposto, ambas as instituições impulsionaram uma versão específica do que deve ser essa sociedade, quais são suas tarefas perante o Estado e a economia, e quais capacidades são necessárias para atingir seus objetivos. Argumenta-se que essa concepção de sociedade civil contribuiu para uma transformação significativa nas associações palestinas (ALASHQAR, 2018; DANA, 2014; 2015). Nas próximas seções, analisam-se os eixos gerais desse processo de transformação – a partir de projetos do Banco Mundial e da USAID – enfatizando alguns efeitos que a versão neoliberal de sociedade civil trouxe para uma sociedade cuja realidade é marcada pela ocupação militar e pela imposição de um projeto colonial de assentamento (WOLFE, 2006).

Uma breve história das associações palestinas nos territórios ocupados

Para analisar as transformações impulsionadas pelos "processos de paz" e pelo financiamento externo à “sociedade civil palestina” dos TPO, é importante observar, ainda que simplificada, quais eram as características das organizações civis palestinas nas décadas que antecederam os anos 1990. Com a ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza em 1967, os direitos de associação dos palestinos dos territórios passaram a ser regulados pela Ordem Militar Israelense n°686. A nova regulação proibia

a existência de qualquer associação civil ou política sem a aprovação prévia da Autoridade Civil da ocupação. Na prática, a lei significava que os partidos políticos estavam banidos dos territórios, assim como qualquer organização de caráter explicitamente nacionalista (CHALLAND, 2009, p.61; SCHULZ, 2013, p.247). Nos anos que se seguiram, a OLP atuou a partir da Jordânia (e, depois, do Líbano), e as forças que compunham o movimento de libertação nacional passaram a usar organizações civis, que permaneceram nos territórios ou foram criadas após 1967, para articular a resistência local. Partidos como o Fatah, a Frente Popular para Libertação da Palestina e o Partido Comunista influenciaram sindicatos, cooperativas, organizações estudantis, profissionais, comunitárias, de mulheres, entre outras (CHALLAND, 2009; MUSLIH, 1993). Ao mesmo tempo em que proviam serviços concretos às populações palestinas, tais organizações compreendiam como parte central de sua tarefa mobilizar e organizar os palestinos na resistência contra a ocupação israelense (DANA, 2015). Assim, desde os anos 1960, foram profundas as relações entre o movimento de libertação e a organizações de base dos territórios ocupados (ALASHQAR, 2018; CHALLAND, 2009).

Como expressão dessas relações, podem ser citadas uma série de iniciativas nas quais se envolviam as organizações da sociedade civil palestina no período pós-ocupação, com o objetivo de fortalecer os palestinos no combate à ocupação e na luta por libertação. Entre as atividades realizadas, destacavam-se a educação política dos palestinos sobre o sionismo, a ocupação, a história da Palestina e os objetivos nacionais; ações combinadas de desobediência, como greves, boicotes de produtos e cortes israelenses; promoção de produtos palestinos; boicote ao pagamento de impostos às autoridades da ocupação; organização de protestos; além da provisão de serviços de saúde, educação e bens de consumos básicos (ALASHQAR, 2018; DANA, 2014; 2015).

Sobre a influência dos partidos políticos nas organizações civis dos TPO no período que se seguiu à ocupação, Challand (2009, p.61) dá o exemplo do setor de saúde. Entre 1979 e 1989, foram criados quatro comitês e conselhos civis de trabalhadores da saúde, cada um deles alinhado a (e financiado por) um partido distinto da OLP. Situações semelhantes se verificavam em outros setores, como em grupos estudantis e associações de agricultores (MUSLIH, 1993). A sociedade civil palestina das décadas de 1970 e 1980, assim, era “profundamente enraizada no movimento de libertação nacional” (DANA, 2015, p.191).

Além da compreensão de suas atividades como eminentemente políticas, outras características das "organizações sociais" (ALASHQAR, 2018, p.8) palestinas destacam-se quando comparadas ao período pós-Oslo. Em primeiro lugar, cabe destacar a descentralização, típica dessas organizações até o fim da primeira Intifada. Tratava-se, sobretudo, de movimentos e associações de base, capilarizadas nas vilas e cidades dos territórios e capazes de mobilizar em suas atividades parcelas significativas das comunidades locais. Além da alta presença na base e da baixa centralização, as organizações concebiam e planejavam suas iniciativas a partir de uma compreensão de longo prazo. Como afirmado, mesmo as tarefas mais imediatas eram inseridas numa concepção maior sobre o que significava a condição palestina e qual a estratégia para superá-la (DANA, 2015). Não à toa, termos como "resiliência", "firmeza" e "resistência" eram comumente mobilizados para se referir às características da sociedade que precisavam ser fortalecidas na luta contra a colonização sionista. Com o início dos "processos de paz", termos como estes perderam espaço para novas ideias, como "transparência", "*accountability*" e "empoderamento". Essa mudança lexical está relacionada não apenas às transformações pelas quais passou a sociedade palestina desde os anos 1990 (DANA, 2015), mas também à emergência do discurso neoliberal sobre a função da sociedade civil (VELTMEYER, 2008), abordada na seção anterior.

As duas décadas após a ocupação israelense, assim, foram de multiplicação das organizações civis palestinas, como instrumento de politização da população pelos partidos políticos, mas também como forma de compensar, ainda que parcialmente, a ausência de serviços públicos e infraestruturas estatais (CHALLAND, 2009). Os anos da Intifada representaram um ápice na associação local da população dos TPO, o que se refletiu na proliferação de organizações civis, ainda mais intensa que nas décadas anteriores (CHALLAND, 2009)⁵. Visando o boicote a produtos e empresas israelenses, a autossuficiência econômica e a soberania alimentar palestina, associações de vários tipos surgiram nas vilas, cidades, e campos de refugiados palestinos (HAMMAMI, 1995). Embora as novas organizações fossem, em geral, próximas a algum partido da OLP, a liderança da mesma sobre os eventos nos TPO estava sem dúvida enfraquecida. Essa

⁵ Das ONGs atuantes em 2009, quase metade (47,5%) foram criadas entre 1967 e 1993. Somente durante os anos da Intifada (1987-93) foram 18,8% (CHALLAND, 2009, p.62).

perda relativa de controle sobre os rumos da luta nacional foi um dos vários fatores que levaram o Fatah a buscar, como estratégia nos anos 1990, o estabelecimento de processos de paz negociados com Israel.

Desenvolvendo a sociedade civil palestina: Banco Mundial e USAID nos TPO

Desde o início dos “processos de paz”, o Banco Mundial e a USAID estiveram entre os principais financiadores de projetos voltados ao fortalecimento das organizações civis palestinas dos territórios ocupados. A agência norte-americana rapidamente se engajou no tema, mobilizando (e financiando) a noção de sociedade civil palestina alguns anos antes do Banco. As iniciativas do Banco Mundial, por sua vez, foram inovadoras em termos de desenho, e suas mudanças ao longo do tempo expressam, de forma nítida, alguns dos processos de transformação que buscamos aqui destacar. Assim, nesta seção discutimos os projetos para a sociedade civil palestina que estes dois atores financiaram, na década que se seguiu aos acordos de Oslo.

O primeiro programa da USAID para o desenvolvimento da sociedade civil palestina dos TPO foi aprovado já em 1995, entrando em vigor no ano seguinte. Sob o título “Construindo uma sociedade civil informada e ativa na Cisjordânia e na Faixa de Gaza”, o financiamento da agência direcionou-se ao programa “Fórum Cívico”, voltado essencialmente à “educação cívica” das populações palestinas dos TPO. Sobretudo, a iniciativa visava impulsionar o conhecimento dos palestinos acerca de valores e práticas democráticas. Concretamente, o programa consistiu na realização de sessões periódicas de discussão com membros de organizações civis palestinas, moderadas por palestinos treinados em educação cívica (NDI, 1999, p. 2).

O fortalecimento da sociedade civil palestina para atuação política democrática esteve no centro dos esforços de assistência da USAID, com uma ênfase muito menor que a do Banco Mundial na provisão, por meio das ONGs, de serviços sociais. A abordagem da agência visava sobretudo a educação das associações palestinas, que, por sua vez, eram vistas como vetores essenciais de transformação para suas próprias comunidades locais. O objetivo último era fazer com que a sociedade civil dos TPO conhecesse seus direitos e suas posições acerca de questões públicas, e, mais importante, se tornasse um impulsionador dessas posições diante do “governo” - no caso, a recém-criada ANP.

Enraizando nos grupos sociais palestinos a compreensão sobre como um governo democrático deve funcionar, buscava-se construir uma sociedade capaz de demandar seus direitos perante o Estado, denunciar práticas impróprias e participar ativamente da formulação de *policies*. A USAID compreendia que, com a formação da ANP, as associações civis palestinas iriam se tornar cada vez menos importantes no fornecimento direto de serviços: ao invés disso, projetava-se que a atuação delas se daria cada vez mais em interface com a ANP, isto é, garantindo práticas democráticas na estrutura da autoridade e oferecendo *inputs* para a formulação de políticas adequadas (NDI, 1999).

O projeto de educação cívica lançado em 1996 teve duração de dois anos, após os quais o “Fórum Cívico” se tornou uma organização palestina independente, pronta para multiplicar os efeitos de seu estabelecimento. A avaliação foi de que o projeto deu frutos: “[...] participantes do Fórum Cívico irão, com maior probabilidade do que não participantes, entender e aplicar princípios democráticos, e serão mais inclinados a usar diálogo e compromisso para resolver disputas” (NDI, 1999, p.2). Como veremos, o projeto finalizado em 1998 serviu como base para, dois anos depois, o lançamento de novas iniciativas, mais amplas e estruturadas, de fortalecimento da sociedade civil palestina.

Em 1997, o Banco Mundial lançou um projeto de 17 milhões de dólares - dos quais, 10 milhões financiados pela instituição - denominado “ONG palestina”. A iniciativa, que consistia no oferecimento de bolsas para organizações não-governamentais dos territórios, tinha três “objetivos chave”: prover serviços para os setores mais pobres da população local; desenvolver “as capacidades institucionais das ONGs” beneficiadas; e “fortalecer a relação de trabalho” entre estas e a ANP (BANCO MUNDIAL, 1997, p.2). O projeto contribuiria, na visão do Banco, para dois objetivos estratégicos de sua atuação geral nos TPO: o “[a]lívio da pobreza” e a “[p]romoção de boa governança” (BANCO MUNDIAL, 1997, anexo I, p.1).

Tais finalidades seriam obtidas por meio de quatro modalidades de financiamento. As “bolsas de desenvolvimento” constituíam a maior parte do projeto (59% dos custos): variando entre 5 mil e 1 milhão de dólares, financiavam diretamente projetos específicos realizados por ONGs palestinas, e tinham como objetivo principal a provisão direta de serviços à população. Dentro dessa modalidade, o projeto financiou também bolsas “em bloco”, embora com menor frequência - neste caso, eram “concedidas a ONGs

experientes e profissionais, para repasse a organizações menores e mais novas” (BANCO MUNDIAL, 1997, p.2). Os três componentes minoritários do projeto eram as “bolsas para dificuldades” (10% dos custos), oferecidas a ONGs em crise, como “parte de um plano acordado de recuperação financeira”; “bolsas de construção de capacidade e pesquisa” (9%), visando “desenvolver a habilidade destas [ONGs] de planejar, gerir e monitorar projetos” (p.2); e, por fim, financiamento à coordenação entre ONGs e ANP, e ao estabelecimento de legislação adequada ao setor (1% dos gastos).

Para alocação das bolsas, o Banco estabeleceu um “processo de concessão [...] aberto, não partidário e competitivo” que, na visão da instituição, “ajudaria a elevar os padrões profissionais das ONGs” - sobretudo devido à “atenção especial que seria dada, no projeto, à gestão financeira e accountability” (p.3). Os critérios de seleção das beneficiárias são estabelecidos no documento de apreciação do projeto pelo Banco:

“(i) [...] devem ser organizações não governamentais e não voltadas ao lucro [...] [que] precisarão operar de acordo com as leis relevantes; (ii) [...] devem ser capazes de demonstrar [...] que elas podem gerir dinheiro de uma maneira transparente e eficiente; (iii) devem concordar com os princípios operadores do projeto. Estes incluem a busca de objetivos não políticos humanitários e de desenvolvimento [...] e aderência aos procedimentos de aquisição e contabilidade do projeto; (iv) Porque os subsídios visam apoiar programas de desenvolvimento social e econômico, eles não serão oferecidos a projetos que têm como principal objetivo a promoção de qualquer ponto de vista político ou religioso particular” (BANCO MUNDIAL, 1997, p.4).

Embora estabelecido pelo Banco, o projeto “ONG palestina” teve as tarefas de divulgação, seleção de ONGs, coordenação, desembolso e supervisão terceirizadas para uma “Organização Gestora do Projeto” (OGP) - “um consórcio de ONGs selecionada por competição internacional aberta, com base em experiência e competência provadas”. No desenho do projeto, a terceirização visava “garantir objetividade não-partidária no processo de concessão” de financiamento (BANCO MUNDIAL, 1997, p.3). O Banco manteria, contudo, poder de veto sobre a seleção das ONGs - sua “não objeção” era

obrigatória, e visava “garantir que o devido processo e a imparcialidade foram observados no processo seletivo” (p.4).

Após uma avaliação positiva sobre os resultados atingidos pelo projeto, o Banco Mundial lançou em 2001 o “ONG palestina II”, para o qual desembolsou 8 milhões de dólares (metade do valor total). Embora concebido como a segunda fase do projeto de 1997, mudanças significativas foram realizadas no desenho da iniciativa: para além da provisão de serviços, que continua como um objetivo central, o “ONG palestina II” foi elaborado para funcionar como um “*programa amplo de construção de capacidade*” (BANCO MUNDIAL, 2001, p.2, grifo no original), tendo como alvo prioritário “[...] o desenvolvimento profissional e estratégico geral do setor de ONGs palestino” (p.2). A segunda fase do projeto também reflete a emergência do conceito de sociedade civil nos projetos do Banco para os TPO: o termo está ausente do documento de apreciação da primeira fase, e apresenta doze ocorrências no mesmo documento, em 2001. Novamente localizando o projeto na “estratégia” mais geral do Banco para os TPO, aponta-se que,

“[...] ao facilitar maior clarificação de uma visão compartilhada do setor de ONGs, e ao melhorar sua capacidade de cumprir seu papel mais efetivamente, o projeto vai contribuir para apoiar o desenvolvimento de uma sociedade civil sólida - um elemento fundamental da boa governança e de uma transformação saudável em direção à estatalidade (statehood)” (BANCO MUNDIAL, 2001, p.3).

Concretamente, os ajustes de ênfase e desenho se expressaram em mudanças nas modalidades de financiamento. Uma nova categoria - “bolsas de parceria” - passou a representar 55% dos custos totais, sendo destinada a ONGs “líderes” que, através do estabelecimento de consórcios com ONGs e organizações comunitárias de base (OCBs), repassariam os fundos a subprojetos locais. O objetivo era financiar entre cinco e oito consórcios, com bolsas no valor médio de um milhão de dólares, visando construir “uma relação de acompanhamento de longo prazo entre ONGs grandes/capazes e ONGs/OCBs pequenas” (p.30). A modalidade majoritária de bolsas na primeira fase - bolsas de desenvolvimento - também está presente no projeto de 2001, embora representando apenas 15,6% dos custos totais. Para além da redução orçamentária, na segunda fase tais

bolsas deixaram de ser “abertas” a qualquer ONG que passe pelo processo seletivo, tornando-se restritas a organizações já beneficiadas pelo projeto anteriormente. Projetava-se financiar, nessa categoria, entre 10 e 15 projetos de ONGs “que demonstraram performance excepcional” (p.28) e “habilidade de gerir projetos de qualidade durante a Fase 1” (p.5), com bolsas variando entre 50 e 300 mil dólares (p.5).

As mudanças realizadas na segunda fase refletiam uma ênfase muito maior na “transformação de longo prazo do setor de ONGs” (p.2) palestinas. Contra o predomínio de uma abordagem centrada na quantidade de projetos financiados, que teria predominado na primeira fase, o projeto de 2001 tinha como foco a qualidade. Posicionando as maiores ONGs como intermediadoras das “bolsas de parceria”, o Banco visava difundir para todo o setor uma “cultura de aprendizado” (p.5), impulsionando assim as capacidades também de organizações menores e menos centrais. A busca por melhoria setorial pode ser observada no montante destinado, na segunda fase, ao componente de “apoio ao setor” - se em 1997 apenas 1% dos custos do projeto foram destinados ao desenvolvimento setorial, na segunda fase foram 8,3%. Embora afirme que o “ONG palestina I” havia contribuído na construção de uma “relação de trabalho mais saudável” (p.4) entre as ONGs e ANP, e impulsionado um entendimento de que ambas “[...] possuem papéis complementares a cumprir”, em 2001 o Banco aponta que ainda era insuficiente a coordenação geral entre os dois setores. Como resposta, a segunda fase visava “apoiar a elaboração de uma visão mais forte do papel do setor [...] na definição de policy” (p.5), intensificando os esforços iniciados na primeira fase para “promover um ambiente de trabalho positivo para o diálogo AP/ONG e [...] melhorar complementaridade entre programas públicos e não governamentais [...]” (p.5).

A busca por fortalecer as ONGs palestinas como influenciadoras de *policy* aproxima o “ONG palestina II”, com suas novas ênfases, da abordagem que a USAID vinha adotando para a sociedade civil palestina desde 1995. Em 2000, a agência lançou um novo programa voltado ao tema. Totalizando 33 milhões de dólares e cinco anos de duração, o projeto foi nomeado “Tamkeen” - “Empoderamento”, em árabe. Num panfleto de divulgação, resume-se o objetivo geral da iniciativa: “trabalhar com grupos da sociedade civil para promover governança mais democrática e accountable na Cisjordânia e na Faixa de Gaza” (USAID, 2004, p.3). Assim como o projeto de 1996 e o “ONG palestina II”, o Tamkeen foi uma iniciativa centrada na construção de capacidades e no

aprendizado. Sobretudo, voltou-se ao “amplo treinamento em técnicas de advocacy” (p.5), “melhorando a habilidade [de organizações da sociedade civil] de expressar (voice) as necessidades de seus membros (constituents) e de influenciar as políticas do governo” (p.5). De fato, é comum na divulgação do projeto a noção de fortalecimento da “voz” (pp. 5, 13, 14) dos palestinos e de suas capacidades de organização, para que eles não apenas compreendam seus direitos e os problemas que enfrentam, mas participem de forma mais ativa da construção de políticas e pressão aos órgãos públicos. Outras atividades de construção de competências, menos imediatamente relacionadas ao setor público, também foram financiadas, a maioria através de treinamentos em temas como comunicação, mídia, escrita de aplicações para bolsas de financiamento, gestão financeira e monitoramento de performances (USAID, 2004, pp. 5-6).

Para além do Tamkeen, que atingiu mais de 70 organizações dos TPO (USAID, 2004, p.3), a USAID financiou também, no período entre 2000 e 2002, o “Programa de Construção de Capacidades da Sociedade Civil” (CCSC), cujo objetivo era “o desenvolvimento de capacidade de gestão financeira e governança democrática interna num grupo chave de doze organizações da sociedade civil palestina” (ADF, 2002, p.2). No projeto, mobilizou-se uma abordagem tradicional no campo da saúde pública e da prevenção de doenças: o método Conhecimento-Atitudes-Prática (CAP). O CAP consiste em difundir, numa população, certos conhecimentos sobre um comportamento desejado, mas pouco adotado. Busca-se incentivar, por meio do conhecimento adquirido, uma mudança de atitude entre os participantes, para que estes se tornem mais inclinados a incorporar o novo comportamento. Por fim, o componente “prática” da abordagem expressa precisamente essa incorporação da nova conduta na prática cotidiana dos participantes, agora apropriados das informações necessárias para a mudança pretendida (ADF, 2002, p. 2). Através do método CAP, assim, o CCSC buscou a transformação nas condutas e estruturas internas de doze organizações palestinas dos TPO - sintonizando-as com as melhores práticas internacionais em matéria de governança democrática e gestão financeira.

Tanto o Banco Mundial quanto a USAID continuaram, nos anos seguintes, a financiar projetos voltados ao desenvolvimento da sociedade civil palestina. Uma análise exaustiva dessa intervenção contínua, no entanto, foge ao escopo deste texto. As características presentes em ambas as fases do “ONG palestina”, bem como as alterações

realizadas entre uma e outra, expressam algumas das mudanças que a comunidade doadora incentivou nas organizações não governamentais palestinas. Igualmente, as iniciativas da USAID refletem a concepção de “sociedade civil” incentivada nos TPO - uma concepção que, como argumentaremos, está em sintonia com o paradigma neoliberal predominante desde os anos 1990. A próxima seção analisa, de forma crítica, como os projetos expostos selecionaram um certo tipo de organização civil, priorizando um certo modelo de atuação social em detrimento de outros. Sobretudo, buscamos refletir sobre as consequências de tal seleção/exclusão para uma sociedade que, como a palestina, está submetida a uma ocupação militar e a um projeto colonial.

A transformação da sociedade civil palestina

A partir da exposição dos projetos realizada, podem ser destacados alguns eixos da transformação impulsionada pelo financiamento externo nas associações civis palestinas dos TPO, a partir dos anos 1990. O primeiro eixo de mudança, expresso tanto no “ONG Palestina” quanto nos projetos da USAID, é a *profissionalização* das organizações não-governamentais dos TPO. Como resultado do desenho do projeto do Banco Mundial e dos critérios nele estabelecidos, acessaram as bolsas organizações com “capacidade” para passar num processo seletivo competitivo e com familiaridade diante de padrões internacionais de licitação, contabilidade, transparência e gestão financeira. Essa não era a realidade de organizações de base de vilas palestinas, ou mesmo daquelas atuantes em cidades menores. Na segunda fase do projeto do Banco, o acesso abrangido a organizações mais locais, por meio do estabelecimento de consórcios, como se viu ocorria através da inserção de organizações menores em projetos muito mais amplos que elas, sendo objetivo central destes consórcios instilar nas associações menores as competências necessárias. Nesse sentido, a forte ênfase da segunda fase em “construção de capacidades” expressa justamente a pressão crescente pela profissionalização das ONGs palestinas.

A profissionalização não pode ser separada de uma *despolitização* da associação civil palestina. Como visto, os financiadores internacionais impulsionaram uma visão marcadamente técnica de sociedade civil, concebendo-a como politicamente neutra (ALASHQAR, 2018; DANA, 2015), como uma aliada necessária no processo de

desenvolvimento, este também concebido como tecnicamente objetivo (VELTMEYER, 2008). O resultado foi o fortalecimento de ONGs alinhadas a essa concepção, em detrimento de associações sindicais, cooperativas, instituições estudantis, etc. (CHALLAND, 2005; NAKHLEH, 2012). O processo de "profissionalização da política" (HAMMAMI, 1995), referido acima, é assim uma operação de despolitização.

Também relacionado à profissionalização está uma *centralização* impulsionada pelo financiamento externo. Para além do rigor do processo seletivo presente desde a primeira etapa do projeto, a segunda fase aprofundou o foco nas grandes ONGs, geralmente atuantes nos centros urbanos de Ramallah, Belém e (antes do bloqueio) Gaza. As bolsas de parceria, implementadas na segunda fase, tornaram-nas líderes de redes locais de associações, reforçando hierarquias internas do setor. O fato de que as bolsas de desenvolvimento foram fechadas para novas ONGs, em 2001, reflete igualmente a centralização operada.

Uma dimensão da centralização é a mudança significativa no controle sobre a agenda das organizações: se antes de Oslo a atuação se dava sobretudo a partir de comunidades de base, com agendas de ação construídas no nível local, a condicionalidade imposta pelo financiamento internacional à sociedade civil palestina fez com que a agenda das organizações locais passasse a ser profundamente influenciada pelas prioridades dos doadores internacionais (DANA, 2015). Como ficou evidente nos documentos analisados, ainda que financiadores como o Banco não determinassem completamente a agenda das ONGs beneficiadas, os critérios para concessão de bolsas estabeleceram um universo bastante restrito de posições aceitas e associações aptas ao financiamento. A agenda (política) prioritária deixa, assim, de ser determinada diretamente pelas populações - das vilas, por exemplo - e parece difícil que algumas reuniões públicas "consultivas", como por vezes proposto pelo Banco, fossem suficientes para que as comunidades afetadas tivessem, de fato, controle sobre as agendas implementadas.

O deslocamento da definição de agenda para longe das bases significou também uma transformação no conteúdo substantivo do programa de ação das associações palestinas (CHALLAND, 2005). Jalali (2013) analisa a frequente mudança no controle sobre a agenda de movimentos sociais locais, quando estes passam a ser fortemente financiados por atores externos. Segundo a autora, é comum que tais movimentos

progressivamente deixem de apostar na construção de mobilizações massivas como estratégia central para atingir seus objetivos. A explicação está no fato de que o financiamento externo torna o contato constante com a base muito menos relevante - quando não completamente desnecessário -, fortalecendo organizações sem capacidade de mobilização real da sociedade para o questionamento de estruturas de dominação. Reforça-se assim, novamente, o efeito de despolitização. A transformação na agenda dessas organizações se expressou, como visto, por uma ênfase renovada em atividades de *advocacy*, conscientização, empoderamento e produção de pesquisas (NAKHLEH, 2012, p. 133). A premissa por trás da abordagem predominante é fortalecer grupos da sociedade civil palestina, para que eles se tornem capazes de influenciar a formulação de política (*policy*) e tomada de decisão de suas autoridades, consolidando-se como agentes da realização de seus direitos.

As mudanças setoriais gerais, incentivadas no “setor de ONGs” palestino, são também um eixo de transformação a ser destacado. No contexto dos “processos de paz”, afirmar uma sociedade civil aliada ao setor público significava, antes de tudo, cooperação com a nova autoridade palestina, tão enfatizada nos projetos do Banco. Sendo a própria ANP fruto direto de Oslo, a busca por vincular a sociedade civil dos territórios à autoridade, numa relação permanente de cooperação, é uma forma de *enraizar o enquadramento dos “processos de paz”* na sociedade palestina dos TPO. Foram financiadas organizações que não fugissem das diretrizes predominantes da paz e dos dois Estados (CHALLAND, 2005), passando pela aceitação do Estado de Israel e, não raro, pela normalização da cooperação entre ocupante e ocupado. Associações que não legitimassem diretamente a nova autoridade e cujas posições não se alinhassem aos “processos de paz”, foram taxadas de “políticas” e excluídas pelos critérios de financiamento (DANA, 2015), ao passo que o próprio caráter incontornavelmente político do “setor público” palestino em construção foi de alguma forma escondido por trás de termos como *policy* e boa governança. A abordagem do empoderamento, do treinamento para *advocacy* e da busca por influenciar a formulação local de política pelos órgãos da ANP são, assim, reflexos dessa consolidação do enquadramento estabelecido em Oslo. Como resultado, a atuação social dos indivíduos e associações é canalizada para as estruturas estabelecidas do poder político: *é por dentro* do regime da autoridade palestina que as organizações devem buscar influenciar a realidade local, transformando-a.

Por fim, uma consequência marcante dessa transformação social palestina, que pode ser observada ao longo das últimas três décadas, é a emergência de uma nova elite urbana. Os privilégios das maiores ONGs refletiram-se no surgimento de um novo setor social nos TPO: empregados dessas organizações, moradores de cidades como Ramallah e Rawabi, trata-se de uma classe média internacionalizada, que busca afirmar sua modernidade e sua filiação ao liberalismo internacional (ABOURAHME, 2009; GRANDINETTI, 2015; TARAKI, 2008). Num contexto em que os financiadores externos apoiam ONGs que não tomem posições políticas explícitas, para além daquelas presentes no enquadramento da “paz”, essa nova classe média palestina e as ONGs que ela em geral compõe entendem seu papel social como sendo o de prover serviços à população, auxiliando à ANP; ou trabalhar dentro do enquadramento da autoridade, por exemplo através de *advocacy* perante ela e pressão por boa governança em suas estruturas. O processo político, que supostamente levaria à libertação nacional, é dessa forma compreendido como separado do processo de desenvolvimento socioeconômico e institucional, embora seja beneficiado por ele. A despolitização da sociedade civil palestina, afirmada acima, se expressa assim na emergência de um setor social cujo horizonte de atuação restringe-se aos arranjos institucionais de poder estabelecidos pelos “processos de paz”.

Conclusão

Ao longo da segunda metade do século XX e em diferentes lugares do mundo, em lutas de libertação nacional e na derrubada de ditaduras militares, associações de trabalhadores, de juventude, de mulheres, religiosas, entre outras, cumpriram importante papel na organização local das populações em torno de objetivos políticos de emancipação (ALASHQAR, 2018; EDWARDS; FOLEY, 1996). Nas cidades, vilas e campos palestinos dos territórios ocupados, essa participação ativa das associações e movimentos sociais na luta nacional foi inegável nas décadas que se seguiram à ocupação israelense (CHALLAND, 2009; DANA, 2015). A primeira Intifada foi a grande expressão dessa potência política radical: durante os anos do levante, a sociedade civil palestina dos territórios foi incansável em sua luta contra a ocupação sionista, buscou a todo momento se organizar, se fortalecer, se auto sustentar. A organização para garantir

sobrevivência material era, antes de mais nada, uma luta política, anticolonial, por libertação: um dos principais lemas dos palestinos sob ocupação era, e continua sendo, “existir é resistir”.

Este cenário de alta mobilização política se transformou, e foi objetivo deste artigo analisar um, entre vários vetores responsáveis por essa transformação: o financiamento internacional. A neoliberalização nunca foi um projeto de transformação exclusivamente econômica, embora também o seja. Parte fundamental do neoliberalismo está em sua intervenção na sociedade, transformando-a e, assim, transformando os indivíduos. Uma de suas características centrais é, precisamente, o fato de que “seu ponto focal [está] na relação entre as instituições e a ação individual” (DARDOT; LAVAL, 2016). A neoliberalização, assim, envolve centralmente um processo de “engenharia sociopolítica” (HARRISON, 2004, p.22) que ultrapassa o Estado e o mercado, tendo também a sociedade como alvo. Nos territórios palestinos ocupados, as transformações nas organizações civis impulsionadas por atores como o Banco Mundial e a USAID refletem essa natureza holística do projeto neoliberal: não bastava reestruturar a economia dos territórios e construir um “setor público” em sintonia com as diretrizes econômicas neoliberais; era também necessário transformar as características e práticas das organizações da sociedade palestina.

Assim como nos processos de liberalização comercial, financeirização, privatização e estabelecimento da ANP, a condicionalidade dos financiadores externos foi um instrumento central também na transformação das associações palestinas em chave neoliberal. O financiamento exclusivo a um modelo de organização não governamental incentivou, entre as populações dos TPO, um tipo específico de prática associativa - como visto, um modelo profissionalizado, especializado, técnico e engajado no mercado e nas estruturas públicas de poder estabelecidas. Formas alternativas de organização social foram marginalizadas, e a potência política da sociedade palestina foi progressivamente canalizada para dentro de um novo regime, que em nada contesta a estrutura de dominação colonial de Israel. O projeto neoliberal realiza dessa forma uma de suas operações típicas: a despolíticação; a subsunção das dimensões eminentemente políticas da vida social a lógicas técnicas, quando não explicitamente econômicas. O resultado dessa “transformação estrutural” (DANA, 2015) da sociedade dos TPO, nos últimos trinta anos, não pode ser outro que o enfraquecimento dessa sociedade numa luta que é

inerentemente política. Se a realidade dos territórios é analisada de uma perspectiva que compreende a ocupação como um projeto colonial de assentamento contínuo (WOLFE, 2006), e que reconhece na prática de associação da sociedade palestina um lócus potencial de luta e resistência anticolonial (ALASHQAR, 2018; DANA, 2014; 2015; NAKHLEH, 2012), então as transformações impulsionadas desde o início dos “processos de paz” não representam mais que um reforço às práticas coloniais de Israel, na medida em que contribuem para minar as capacidades políticas, sociais e econômicas da sociedade palestina de resistir a tais práticas.

Referências

ABOURAHME, Nasser. The Bantustan Sublime: Reframing the Colonial in Ramallah. *City*, v.13, n.4, 499–509, 2009.

ALASHQAR, Yaser. The Politics of Social Structures in the Palestinian Case: from National Resistance to Depoliticization and Liberation. *Social Sciences*, v. 7, n. 69, 2018.

AMERICA’S DEVELOPMENT FOUNDATION (ADF). **Civil Society Capacity Building Program West Bank and Gaza Strip**: Final Report. Alexandria: out., 2002.

BANCO MUNDIAL. **Project Appraisal Document on a Proposed Trust Fund Grant in an Amount of US\$10 Million to West Bank and Gaza for the Palestinian NGO Project**. Washington, D.C.: jun., 1997.

_____. **Project Appraisal Document on a Proposed Grant in the Amount of US\$8 Million to the Welfare Association - West Bank and Gaza for the Palestinian NGO Project (II)**. Washington, D.C.: mai., 2001.

BECKMAN, Björn. The Liberation of Civil Society: Neo-Liberal Ideology and Political Theory. *Review of African Political Economy*, v.20, n. 58, 20-33, 1993.

CHALLAND, Benoît. Looking Beyond the Pale: International Donors and Civil Society Promotion in Palestine. *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture*, v.12, n.1, 56-63, 2005.

_____. **Palestinian Civil Society**: Foreign donors and the power to promote and exclude. Londres: Routledge, 2009.

_____. The Evolution of Western Aid for Palestinian Civil Society: Bypassing Local Knowledge and Resources. **Middle Eastern Studies**, v.44, n.2, 397-417, 2008.

DANA, Tariq. Disconnecting Civil Society from its Historical Extension: NGOs and Neoliberalism in Palestine. In: TAKAHASHI, Saul (ed.). **Human Rights, Human Security and State Security**: The Intersection. Westport: Praeger, 2014.

_____. The Structural Transformation of Palestinian Civil Society: Key Paradigm Shifts. **Middle East Critique**, v. 24, n. 2, 191-210, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOLEY, Michael W.; EDWARDS, Bob. Civil Society and Social Capital Beyond Putnam. **American Behavioral**, v. 42, n. 1, 124-139, 1998.

_____; _____. The Paradox of Civil Society. **Journal of Democracy**, v. 7, n. 3, 38-52, 1996.

GRANDINETTI, Tina. The Palestinian Middle Class in Rawabi; Depoliticizing the Occupation. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 40, n.1, 63-78, 2015.

HAMMAMI, Rena. NGOs: the professionalization of politics. **Race and Class**, v. 37, n. 2, 51-63, 1995.

HARRISON, Graham. **The World Bank and Africa**: The construction of governance states. Londres e Nova York: Routledge, 2004.

HODGKINSON, Virginia A.; FOLEY, Michael W. (eds.). **The Civil Society Reader**. Líbano, N.H.: University Press of New England, 2003.

JALALI, Rita. Financing Empowerment? How Foreign Aid to Southern NGOs and Social Movements Undermines Grass-Roots Mobilization. **Sociology Compass**, v. 7, n. 1, 55-73, 2013.

MUSLIH, Muhammad. Palestinian Civil Society. **Middle East Journal**, v. 47, n. 2, 258-274, 1993.

NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS (NDI). **Building and Informed and Active Civil Society in the West Bank and Gaza Strip: Final Report**. Washington, D.C.: 1999.

PEREIRA, João M. M. Banco Mundial: dos Bastidores Aos 50 Anos de Bretton Woods (1942-1994). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 15, n. 29, pp. 527–64, 2014.

PETRAS, James. NGOs: In the Service of Imperialism. **Journal of Contemporary Asia**, v. 29, n. 4, 429-440, 1999.

PUTNAM, Robert D. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, 65-78, 1995.

_____. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

SCHULZ, Michael. Palestinian Civil Society. In: PETERS, Joel; NEWMAN, David. **The Routledge Handbook on the Israeli-Palestinian Conflict**. Abingdon: 2013.

TARAKI, Lisa. Urban Modernity on the Periphery: A New Middle Class Reinvents the Palestinian City. **Social Text**, v. 26, n. 2 (95), 61-81, 2008.

USAID. **Tamkeen, Empowering Civil Society Organizations in the West Bank and Gaza Strip**. Washington, D.C.: 2004.

VELTMEYER, Henry. Civil Society and Local Development. **Interações**, v. 9, n. 2, 229-243, 2008.

WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the native. **Journal of Genocide Research**, v.8, n. 4, 387-409, 2006.